

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA
tomo XXIX



COIMBRA 1994
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

TERRITORIO DE MACAU: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E FUTUROS DESAFIOS* *

No dia 20 de Dezembro de 1999, o Território de Macau deixará de ser administrado por Portugal com a criação de uma Região Administrativa Especial da República Popular da China.

Na Europa, faltarão então apenas 11 dias para acabar o ano, o século e o milénio, ocorrência que levará a, pelo menos, alguma expectativa semelhante à da véspera do ano 1000, que uniu a Cristandade numa única comunidade de fé e de temor: *“de Gibraltar ao Báltico, do canal da Mancha ao Bosforo, de Roma a Constantinopla e a Jerusalém, os medrosos e os fiéis reuniram os entes queridos à sua volta e olharam expectantes para a abóbada celeste dos céus medievais ”*, na saborosa narrativa de Hillel Schwartz (*).

Na China, porém, as coisas são diferentes. Como o novo ano se inicia apenas na segunda lua nova após o solstício de Inverno, estaremos então a 13 de Novembro do *“criativo, sociável, generoso, conciliador e amante da paz”*(²) Ano do Coelho, algum tempo

* Conferência proferida no Instituto de História Económica e Social em 3 de Novembro de 1994.

(*) Schwartz, Hillel, *Os Finais de Século*, Difusão Cultural, Lisboa, 1992.

(*) Reid, Lori, *Chínese Horoscopes*, Ward Lock, Londres, 1994.

antes do início do Ano do Dragão, que simboliza a sorte e prosperidade, e que em 2000 está previsto ser *tempo de novos desafios, em que apenas os inexperientes sofrerão dramáticos desastres* ⁽³⁾.

E não vale a pena pensar que passaram mais de dois mil anos sobre o nascimento de Confúcio ⁽⁴⁾ nem nos esforços de Sun Yat-Sen, Chiang Kai-chek, Lenine, Staline, ou Mao Tse-tung para alterarem a crença de que *"o homem é um ser socialmente situado e definido num contexto interactivo "* ⁽⁵⁾, com base nas chamadas Cinco Relações Cardeais que criam uma relação de hierarquia em que cada um deve ocupar conscientemente o seu lugar.

A China de Deng Tsiao-ping, a de "um país, dois sistemas", ou a da "economia socialista de mercado com características chinesas", sabe que através de *"uma incessante tarefa de restauração da ordem social recta (chen ming - "rectificação") e de educação do povo baseada num governo dirigido pelos princípios da humanidade e da rectidão "*, se estabelecerá a unidade e harmonia da natureza que *"constitui uma espantosa combinação de mutabilidade e de constância"* ⁽⁶⁾.

Talvez por isto, muitos sejam os que, na China e em Macau, acreditam que a mudança do exercício da soberania daquele Território chinês que Portugal administra há quase cinco séculos não é um fim, mas o início de um novo encontro entre os dois povos.

Um encontro que se iniciou com vários desencontros.

O mais flagrante aconteceu no mar e é pouco conhecido da

⁽³⁾ Idem.

⁽⁴⁾ O confucionismo baseia-se na obra atribuída a K'ung Fu Tse, que viveu entre o período designado de "Primavera e Outono" (778 a . C 481 a.C.) e o período dos "Estados Guerreiros" (480-222 a.C.). São-lhe atribuídos os "Seis Clássicos" - (o Livro da Evolução, o Livro das Odes, o Livro dos Ritos, Yueh ou Música, Chun Chiu ou Anais da Primavera e Outono) e os Analectos. Schwartz, Benjamin L, *The World of Thought in Ancient China*, Harvard University Press, Massachusetts, 1985, págs. 56 a 134, Li Fu Chen, *The Confucian Way*, KPI, Londres, 1986.

⁽⁵⁾ Bond, Michael Harris, *The Psychology of the Chinese People*, Oxford University Press, Hong Kong, 1986.

⁽⁶⁾ Hespanha, António Manuel, *Panorama Histórico do Direito Chinês*, Aracne, Lisboa/ Macau, 93/94.

historiografia ocidental, que, “por força da barreira linguística e dificuldade de acesso aos arquivos documentais chineses”⁽⁷⁾, pouca atenção dedicou às viagens dos navegadores chineses, algumas décadas antes de os Portugueses sulcarem os mares do índico.

E, no entanto, antes de Vasco da Gama chegar ao subcontinente indiano em 1498 e, a caminho de uma audiência com o rei de Calecute venerar Shitalá, a deusa hindu da varíola ⁽⁸⁾, tomando-a erradamente pela Virgem Maria, já mais de 60 anos tinham decorrido, desde a primeira vez que os grandes navios da frota do almirante chinês Zheng He ali tinham aportado. Durante 28 anos, de 1405 a 1433, e sempre sob o comando deste almirante, que deixou o seu nome ligado a diversos instrumentos náuticos ⁽⁹⁾, os Chineses fizeram oito expedições, que levaram até à costa norte de Mombaça, até que razões de política interna levaram o Imperador a mandar “recolher” o empreendedor almirante⁽¹⁰⁾.

Mas os juncos chineses continuaram a comerciar nos mares do índico, porque em 1509 Diogo Lopes de Sequeira vai a Malaca ao seu encontro, com ordens expressas de D. Manuel para obter informações sobre o seu país - Cataio - que os relatos medievais de Marco Polo descreviam como um império imenso e cheio de riquezas, uma visão mítica a que mesmo mais tarde Fernão Mendes Pinto não fugiu na sua *Peregrinação* ⁽ⁿ⁾.

O desencontro marítimo acabou em encontro em terra, primeiro

(7) Borges, A. Mesquita e Oleiro, M. Bairrão a propósito do Seminário sob o tema “Ciência Náutica e Técnicas de Navegação nos séculos XV e XVI”, realizado em Macau, em Novembro de 1987, in *Revista de Cultura*, n.º 16, ICM, Macau, 1988.

(8) Wise, T.A., *Commentary on the Hindu System of Medicine*, Londres, 1960, págs. 235 e ss.

(9) Entre os instrumentos mais conhecidos referem-se a “Carta Náutica de Zheng He” e a bússola, in Mote, Frederik W. and Twitchett, *The Cambridge History of China, Vol. I*, págs. 232 a 237.

(10) Os “velhos do Restelo” em Pequim encontravam-se na Corte. As razões para terminar as expedições marítimas não estavam muito longe das que motivavam os que em Portugal se lhes opunham - os grandes gastos, materiais e humanos.

(n) Pinto, Fernão Mendes (c. de 1510-1583), *Peregrinação*.

por Jorge Á1 vares, capitão de Afonso de Albuquerque, que em 1513 chegou à ilha de Tamão ou da Veniaga, a meio da entrada do rio Cantão, e logo a seguir, em 1517, por Femão Peres de Andrade, “*enviado pelo Rei como capitão-mor duma esquadra que da India iria descobrir a China e lá conduzir um embaixador português*” (12).

O capitão não levava embaixador porque, conforme diz Castanheda, “*cuidando que el-rei da China estava perto mandou a Femão Peres que mandasse lá um dos capitães, ou quem lhe bem parecesse. E o governador não quis mandarsenão este Tomé Pires, que mandou com conselho dos fidalgos e capitães da India, e porque este Tomé Pires fora boticário do Príncipe Dom Afonso, e porque conheceria melhor que outro as drogas que havia na China*” (13).

Homem do povo, filho de boticário, bem merecia tal distinção, porem Malaca ter escrito *A Summa Oriental*, onde surgem muitos dados sobre os Chineses e a China, do comércio (14) à geografia (15) * &

(12) Cortesão, Armando, *Primeira Embaixada Europeia à China*, ICM, Macau, 1990.

(13) Castanheda, Femão Lopes de, *Historia do descobrimento & conquista da india pelos Portugueses*, cit. em *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, com leitura e notas de Armando Cortesão, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1978.

(14) “*Nom pode sayr nenhun chim pa a bamda de siam Jañoa malaqa patee & dhy adiante sem licemça dos Regedores de quantom [Cantão] & polias asynaturas da licemça de poder sayr he tomar lhe leuam tanto que ho nom podem soportar & nom saem & se algu estrangeiro estaa na terra da China ja nom pode sair somente he por licença do Rey & por esta licemça se he riquo fica sem nada & qualquer junco ou naao que passa os termos que lhe sam postos pa ancorar pde se a fazemda pa ellrey e a jente morre por yso*”. Em Tomé Pires, *A Summa Oriental*, mostram-se as restrições que as autoridades colocavam ao comércio marítimo, dos Chineses e dos estrangeiros.

(15) “*(...) Da China ha fortalezas a primeira aynam honde se acha o aljôfar que vay da China & Nantoo & Quantom & Chamcheo e outos somente digamos de Quantom que he môrque todos a cidade de Quantom he onde o Regão todo da China descarregua suas mercadarias todas e asy da terra firme como do mar mujtas a cidade de Quantom he a boca da foz de hum gramde Rijo que tem de prea mar tres bracas*” (...), em que se nota o papel dominante em termos comerciais de Cantão, que ainda hoje se verifica.

mesmo às suas produções ⁽¹⁶⁾, que o tempo mostraria estarem correctas.

Em Setembro de 1517, depois de alguns percalços, a esquadra de Femão Peres de Andrade, *"mui bem aparelhado, assim de guerra como de paz* obteve em Nantó os pilotos que lhe permitiram chegar a Cantão *"com toda a pompa que ele pode"* ⁽¹⁷⁾.

Também este encontro teve alguns “desencontros”. Diz o cronista que, em Outubro de 1517, Tomé Pires desembarcou em Cantão *"no cais de pedra, com grande estrondo de artilharia, e trombetas, e a gente vestida de festa, ele com sete portugueses, que ficaram em sua companhia para irem com ele a esta embaixada, foram levados a seus aposentos que eram umas casas das mais nobres que haviam na Cidade"*, ⁽¹⁸⁾ mas, quase dois anos depois, quando Simão de Andrade, irmão de Peres de Andrade, ali chegou com nova expedição, ainda o encontrou no mesmo sítio à espera de ser chamado a Pequim para ser recebido pelo Imperador.

Pouco paciente, Simão mandou construir um forte de pedra e madeira em Tamão e comprou crianças chinesas raptadas, o que iria influenciar negativamente o futuro da embaixada dos primeiros portugueses em terra china.

Em Janeiro de 1520, Tomé Pires partiu para Pequim, primeiro pelo rio, depois em liteiras, a cavalo e a pé. Terá mesmo estado em Nanquim ao mesmo tempo que o Imperador Wu-tsung, mas este não o recebeu, já conhecedor dos desmandos de Simão de Andrade, que os mandarins locais lhe tinham enviado e influenciado pelo relato do embaixador do rei de Malaca, seu vassalo, que considerava

⁽¹⁶⁾ *"A prinçipall mercadoria da chyna he seda branca crua em mujta cantidade & sedas soltas de cores mujtas em camt idades çetijys de todallas cores damasqos emrolados de tauoleiro de todas as cores tafetas & outros panos de seda rallos a que chamã xaas "* (Ibidem).

⁽¹⁷⁾ Cortesão, Armando, *Primeira Embaixada Europeia à China*, ICM, Macau, 1990.

⁽⁸⁾ Barros, João de, *Asia. Decadas I-IV*, Lisboa, 1552, 1553, 1563; Madrid, 1615.

os Portugueses como “*ladrões do mar que tinham tomado o seu reino*”

Mandou-o seguir para a capital, onde ficou claro o primeiro grande equívoco da história das relações entre os dois povos. As três cartas de D. Manuel não afirmavam a pretensão do Rei de Portugal em se tomar vassalo do Império do Meio, nem os presentes se destinavam a ser o primeiro tributo. Tomé Pires e seus acompanhantes foram detidos, os intérpretes “descabeçados”, porque dados como traidores, e quando três meses depois Wu-tsung morreu e foi substituído pelo Imperador Shih-tsung, com apenas 14 anos, os mandarins reforçaram o seu poderio e mandaram o embaixador e sua comitiva regressar a Cantão, onde deveriam ser presos até os Portugueses deixarem Malaca.

Assim sucedeu. No dizer de Cristóvão Vieira, “*a 14 dias de Agosto de 1522 lançou o Puchanci a Tomé Pires cormas nas mãos, aos da companhia cormas e ferros nos pés; as cormas asseladas nos pulsos. E nos tomaram toda a fazenda que tínhamos. Assim com cadeias nos pescoços e por meio da cidade nos levaram a casa do Anchuci. Ali nos quebraram as prisões e nos deitaram outras mais fortes cadeias nas pernas, cormas asseladas e cadeias nos pescoços; e dali nos mandaram a esta cadeia*” (19). Uma pequena parte dos dissabores de Tomé Pires e seus companheiros, dois dos quais poderão ter sobrevivido e até constituído família local, como defende Armando Cortesão em relação ao primeiro embaixador português à China (20), que não surpreende quem conheça a

(9) Citado por Cortesão, Armando, *Primeira Embaixada Europeia à China*, ICM, Macau, 1990,

C20) Idem. Cortesão cita o relato de Fernão Mendes Pinto que diz ter encontrado em 1543 em Sampitay, entre Namquim e Pequim, uma mulher cristã que lhe disse “*que se chamava Inês de Leiria, e que seu pai se chamava Tomé Pires, o qual deste Reino fora por embaixador a El-rei da China, e que por um alevantamento que um nosso Capitão fizera em Cantão houveram os chines que era ele espia e não Embaixador, como ele dizia, e o prenderam com outros doze homens que trazia consigo (...) e que a seu pai lhe coubera em sorte ser seu degredo para aquela terra onde se casara com sua mãe, porque tinha alguma coisa de seu, e afizera cristã, e sempre em vinte e sete anos que ali estivera casado*”

capacidade de adaptação dos Portugueses no estrangeiro.

Pior sorte tiveram os enviados de Malaca em seu socorro, já que foram todos mortos pelas autoridades de Cantão, no cumprimento de um edito imperial banindo todo o comércio com "os diabos estrangeiros", o que levou à interrupção das viagens para os mares da China.

Não por muito tempo. Ao interesse dos Portugueses juntava-se o dos empreendedores Chineses, em especial das províncias costeiras de Fukien e Zhejiang (21), que parecem nunca ter deixado de comerciar clandestinamente com os Portugueses, inclusivamente permitindo a sua fixação temporária em Liampó e Chincheu.

Em 1543, o estabelecimento dos contactos comerciais com o Japão, que não tinha relações directas com a China, vai dar aos Portugueses o papel de "intermediários" entre esses dois grandes mercados, trazendo maior movimento e riqueza a Liampó e Chincheu e, ao mesmo tempo, a atenção do Imperador da China, que acabaria por mandar expulsar os Portugueses.

É então que aparece Macau, não de forma muito exemplar. Diz Fok Kai Cheong que *"é mais que evidente que as autoridades cantonenses, a troco de pesados subornos, permitiram o desenvolvimento de Macau, a ponto de esta obscura povoação piscatória se tornar num porto de florescente comércio marítima"*, (22), o que

com ela, viveram ambos muito catolicamente, convertendo muitos gentios à Fé de Cristo, de que ainda naquela Cidade havia mais de trezentos, que ali em sua casa se ajuntavam sempre aos domingos a fazer doutrina".

(j) São duas das províncias mais desenvolvidas da China, *"de onde partiram a maior parte dos chineses que vivem no exterior, nomeadamente na Malásia, Singapura, Indonésia e Filipinas"*, acentua Shunwu, Zhou, *China Provincial Geography*. Foreign Language Press, Beijing, 1992, e Chengrui, Li, *A Study of China's Population*, Foreign Language Press, Beijing, 1992.

(22) Fok, Kai Cheong, *O debate Ming acerca da acomodação dos portugueses e o aparecimento da "Fórmula de Macau"*, tese de doutoramento, Universidade de Hawaii, 1978. Docente na Univeridade de Sacramento e investigador do papel de Hong Kong e Macau na História Contemporânea da China, Fok Kai Cheong é Professor Visitante da Universidade de Macau, onde está a liderar um grupo de trabalho para o aparecimento de um programa de história de Macau, de que faz parte o autor deste trabalho.

está amplamente documentado em fontes chinesas coevas ⁽²³⁾.

Os Portugueses estabelecem-se assim na pequena península da margem ocidental do Rio das Pérolas, com boa posição estratégico-defensiva, em troca de uma taxa de 10 por cento sobre as mercadorias, o que era quase nada em face dos lucros imensos do comércio.

Da parte chinesa, os receios sobre a presença de estrangeiros vai continuar por muito tempo, mesmo depois de os seus canhões terem ajudado na luta contra os piratas.

Lamenta-se um poeta ⁽²⁴⁾:

(...)

*“Um dia Macau foi usurpada pelos negociantes estrangeiros.
Há mil anos, a China teria esforçado (por resistir).
Hoje todos planeiam fracamente.
Grande é o país dos pelos vermelhos.*

Os memoriais dos funcionários centrais Ming usam expressões como “as raízes ocultas de futuras *“a doença maligna situada entre o estômago e o coração “uma úlcera no sul da China”* ou ainda “a existência de um abcesso no interior de um corpo humano, “que dão uma ideia dos seus sentimentos sobre a presença dos estrangeiros, desconfiados das suas reais intenções e apercebendo-se da sua crescente prosperidade ⁽²⁵⁾. Os interesses

⁽²³⁾ “Em 1535, Huang-Ch'ing aceitou o suborno dos estrangeiros e pediu autorização aos seus superiores para transferir o posto alfandegário para Hao-ching (Macau) “(...); “sob o pretexto de as suas embarcações terem naufragado, os estrangeiros pediram autorização às autoridades para desembarcar em Macau para secar as mercadorias encharcadas. A autorização foi-lhes concedida por Wang-Po que era na altura o Hao-tao-fu-shih (Comissário da Defesa Marítima) (...) Wang foi deste modo o responsável pelo estabelecimento de uma colónia permanente em Macau”. In *Ao-men Chich-lueh*, citado por Fok Kai Cheong, idem.

⁽²⁴⁾ Poeta Uong, citado por Tcheong-u-lâm e Ian-Kuong-lâm, em *Ou-Mun Kei-Leok*, traduzido do chinês por Luís Gonzaga Gomes, reeditado por ocasião da Quinzena de Macau em Lisboa, Macau. 1979.

⁽²⁵⁾... “Recentemente os ditos Feringis [Portugueses] construíram casas e fortalezas e ao mesmo tempo aumentaram o seu arsenal militar. No total, a comunidade estrangeira

dos funcionários e dos habitantes regionais e locais, contudo, iam noutro sentido, e há boas razões para crer que o próprio governo central não via com maus olhos esta "porta aberta" ⁽²⁶⁾ para o comércio exterior, que a China não desejava assumir.

Assim se entende que o censor Cheng Wu-te justifique que *"foi com a intenção predeterminada de beneficiar das riquezas e dos bens acumulados por eles (os estrangeiros) que as nossas autoridades permitiram a sua residência em Macau e noutros lugares da região "*, enquanto Lin Hsi-yuan, que exerceu vários cargos administrativos em Cantão, detalhava: *"v e z que os Portugueses nos visitaram trouxeram com eles produtos indígenas tais como pimenta, sapão, madeira garu, marfim, óleos, madeira de sândalo e vários tipos de incenso, para venderem na fronteira ao povo chinês a um preço muito barato. Em contrapartida, aquilo que pagavam para obterem dos Chineses as provisões necessárias ao dia-a-dia, tais como arroz, massas alimentícias, porcos e galinhas, era o dobro ou triplo do preço ordinário. Por essa razão a população chinesa estava sempre ansiosa para fazer negócio com os Portugueses"*.

De qualquer modo, durante os primeiros tempos da presença portuguesa em Macau houve intenso debate entre as autoridades chinesas, tendo vencido a tese de que o importante não era expulsá-los, mas controlá-los. *"Antes de os classificar a todos como ladrões e bandidos-o que levaria à destruição indiscriminada dos*

ultrapassa as dez mil pessoas. Puderam já acumular provisões suficientes para eventuais medidas defensivas ou objectivos ofensivos. Como se isso não bastasse, domesticaram os piratas japoneses Wako tomando-os seus subordinados. Quanto aos renegados locais, passaram a ser seus criados. Este porto de Macau fica muito próximo da cidade de Cantão. Está situado num promontório, rodeado de mar por três dos seus lados e com apenas uma rota terrestre li gando-o ao interior do país. Se alguns bandidos (estrangeiros) conseguissem introduzir-se do exterior, com o objectivo de instigar uma revolta, talvez lograssem o apoio de muita gente. Tudo isto causa a nossa ansiedade!'. Ming Shih-Lu, Shen-Tsung shih-lu, por amabilidade de Fok Kai Cheong.

⁽²⁶⁾ Ainda hoje as designações de Macau em mandarim, *Ao-men*, e cantónense, *Ou-Mun*, significam porta.

bons e maus, seria aconselhável uma inspecção atenta para vermos realmente a natureza do seu carácter, bom ou mau, submisso ou insubmisso ”, propõe Huo Yu-hsia, alto funcionário em Cantão, que adianta como fórmula ideal "

um governo local capaz de, com a ajuda do respectivo aparelho burocrático, administrar a população estrangeira no território (27).

Os Portugueses de Macau, porém, tinham outras ideias.

Como a Coroa estava com as atenções na Índia, longe e com comunicações difíceis, a administração dos seus interesses foi assegurada pelo Senado, com um modelo inspirado na tradição municipalista medieval portuguesa. Era constituído por três vereadores eleitos por três anos pela população portuguesa (a escolha recaía normalmente nos comerciantes mais ricos e influentes), “*a primeira república democrática do Oriente* no dizer de Almerindo Lessa (28), enquanto o apoio militar era assegurado pelos Capitães-Mores da Viagem do Japão, que por ali ficavam no intervalo das lucrativas viagens.

As autoridades centrais da China deixaram o assunto entregue aos mandarins locais, que não aceitaram, mas também não contestaram o crescente poderio dos Portugueses. Assumiram sempre o exercício dasoberania sobre os chineses ali residentes, e rapidamente perceberam, como acentua Montalto de Jesus, que “*uma maior intolerância representava maior quantidade e mais ricos presentes dos complacentes estrangeiros, nos quais o amargo passado imprimira a necessidade de uma política conciliatória*” (29), até porque então, como hoje, todas as provisões alimentares vinham da China (30).

(27) Huo Yu-Shia, *Hou Min-Chai chi*, por amabilidade do Prof. Fok Kai Cheong.

i(28) Lessa, Almerindo, *A História e os Homens da primeira República Democrática do Oriente*, Imprensa Nacional, Macau, 1974.

i29) Jesus, Montalto de, *Macau Histórico*, Livros do Oriente, Macau, 1990.

i30) Idêntica medida foi utilizada como forma de pressão contra os Portugueses por ocasião dos incidentes de Dezembro de 1966. Ver nota 48.

Estabeleceu-se assim “um sistema de jurisdição mista -chinesa, sendo o exercício da soberania partilhado pelas duas nações”, um dualismo que se fazia sentir nos mais variados aspectos do quotidiano, “no exercício do poder político, na administração da justiça, nas estruturas e práticas religiosas, nas relações comerciais, na administração urbana, etc. ⁽³¹⁾” > que funcionou sem grandes atritos. Quando os havia, o Senado oferecia largas somas aos mandarins distritais, que não davam conhecimento ao Imperador.

De um destes regulares subornos, explicado a autoridades centrais, como um tributo ao Imperador, por um mandarim apanhado em flagrante, nasceria a exigência chinesa de um “foro do chão”, o que faz sustentar a tese de um “arrendamento”.

Sector de permanente confronto foi o religioso, que se foi agravando à medida que os Chineses se davam conta de que o catolicismo tinha uma doutrina própria. “Lendo os seus livros, fiquei sabendo que eles se apossaram da ideia dos nossos doutores de servir o Céu. Assim julguei que o Senhor do Céu fosse o mesmo Imperador Supremo que nós veneramos na China sem saber que para eles, é o Jesus da época do Imperador Oi da dinastia Hón ”, explicava um inspector que, temendo a ira imperial, passava ao ataque, denunciando que “dos seus livros, há mais de cem espécies que combatem estupidamente o Budismo e os seus sectários nem casam nem exercem funções oficiais Alertava então que “se deixarmos disseminar as palavras da heterodoxia, elas poderão fazer com que o povo ignorante se deixe excitar por elas” ⁽³²⁾.

Outros autores mostram que os Chineses tinham razão nos seus receios. “Em todo o sítio de Macau, onde vivem, à mistura, chineses com os bárbaros, é que além dos templos construídos pelos próprios bárbaros para se receberem os ensinamentos da sua reli-

⁽³¹⁾ Silveira, Jorge Noronha, em introdução a *Subsídios para a História do Direito Constitucional de Macau (1820/1974)*, O Direito, Macau, 1991.

⁽³²⁾ Tcheong-u-lâm e Ian-Kuong-lâm, em *Ou-Mun Kei-Leok*, ob. cit., pág. 136 e ss.

gião, existem chineses conversos (...) os que se converteram em Macau são os residentes de longa data que, a pouco epouco, se deixaram influenciar, profundamente, pela linguagem e costumes dos estranhos, deforma que, a pouco e pouco, se vão transformando em bárbaros" (33).

Na atracção de Macau estava a prosperidade. Nos finais do século XVI, o comércio da Nau do Trato ou "o Grande Navio de Amacau", no dizer de Charles Boxer ⁽³⁴⁾, trazia fabulosos lucros aos que se arriscavam nos caminhos do mar e por arrastamento a todos os que viviam na cidade, chineses incluídos.

Em Maio, a Nau do Trato saía de Malaca com pimenta e outras especiarias e algodão da Índia e Molucas, vinhos, espelhos e relógios da Europa, jóias do Médio Oriente e pássaros falantes do Sião (que depois iam para a feira de Cantão), para além das mulheres cristãs, malaias, que a comunidade masculina de Macau necessitava para aumentar a população.

Descarregada à chegada a Macau, a nau recebia a seda chinesa, as armas, carpetes persas e obras de arte, seguindo o mais depressa possível para o Japão, a tempo de evitar a época dos tufões, entre Julho e Outubro. Se o conseguia, em Novembro partiria de Nagasáqui a abarrotar de prata, que era vendida com ainda maiores lucros em Cantão, de onde vinha mais seda, pérolas, porcelanas, ouro e mesmo produtos medicinais, que através de Malaca chegavam à Europa, com lucros acrescentados ⁽³⁵⁾.

O Idem, pág. 127.

(■*) Boxer, Caries Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, assinala, na pág. 11, que *"na altura em que os portugueses visitaram pela primeira vez o Japão, as suas naus tinham cerca de 400 a 600 toneladas de arqueação, mas, no fim do século, o "Grande Navio de Amacau" andava por uma média de 1.200 a 1.600 toneladas, e não eram de excluir monstros de 2.000 toneladas. As naus portuguesas eram, nesse tempo, os maiores navios do mundo, e, quanto ao tamanho, só tinham como rivais os grandes galeões de Manila ou os navios da prata de Acapulco que ligavam anualmente o México às Filipinas"*.

⁽³⁵⁾ *"A posição dos portugueses como intermediários no comércio entre a China e o Japão foi grandemente facilitada por três factores. Primeiro, devido às razias que os*

E assim, ao dobrar do século, vivendo num ambiente liberal, governado por portugueses residentes localmente, sem interferência dos venais funcionários de Goa, e temperado pela presença dos mandarins chineses, que, em qualquer momento, poderiam pôr em causa a continuidade da cidade, Macau atingia o ponto de máxima prosperidade que leva Austin Coates a considerar que *“ofall the cities ofthe Far East influenced architecturally by Europe, Macao was thefinest”* C³⁶).

Os autores chineses apreciam os Portugueses à sua maneira. *“Esta gente éde raça branca, de alto nariz, os olhos verde-escuros, mas sem brilho; não deixam crescer a barba e o cabelo e quer seja preto ou branco, deixam-no cair da cabeça até ao pescoço, onde fica pendendo encaracoladamente ou solto ”*, diz Iâu-T'ông, que comenta: *“os que possuem escravos julgam-se importantes. O corpo destes é inteiramente negro como a laca. O lábio é vermelho e os dentes brancos, sendo bastante parecidos com seres humanos. (...) Quanto às mulheres, também há duas espécies, brancas e negras, distinguindo-se em senhoras e escravas. Há ao todo umas*

piratas japoneses faziam na costa, a dinastia Ming tinha proibido todas as relações e o comércio entre os seus súbditos e os japoneses, apesar do contrabando comercial entre os dois países nunca ter cessado completamente e ter por vezes atingido considerável volume. Em segundo lugar, o valor do ouro e prata aproximava-se mais da relação existente na Europa do que da correspondente na China, graças principalmente à exploração das novas minas de prata em Iwami e noutros pontos. Os portugueses puderam assim ter um bom lucro como corretores da prata em barra do Japão, na troca da prata japonesa pelo ouro chinês (...). Em terceiro lugar, embora o Japão fosse um país produtor de seda, os japoneses preferiam a seda chinesa à sua, quer crua quer tecida, porque era de melhor qualidade. ” Idem, pág. 2.

(^Coates, Austin, *A Macao Narrative*, Heinemann EducationalBooks (Asia), Hong Kong, 1978, um dos "clássicos" investigadores sobre Macau, não esconde o seu entusiasmo: *"Approachedfrom the open sea, this long crescent of buildings, with squat towers and low domes of classical churches rising behind them, so gave the place the appearance of a Medite rranean city that itwas difficultto imagine oneselfin China. There was s caree ly a Street without a church, and crowning everything, on the slope ofthe most central and proéminent hill, rose the seminary of the Jesuits, the university where missionaries were trainedfor service troughout the Far East, for China, Japan, Korea, the Indo-Chinese States, Siam and Borneo"*.

430casas e o número de habitantes é o décuplo deste número ” (37).

Uma das melhores fontes chinesas sobre a Macau desta época, Iáu-T'ông revela que *“quanto à comida e bebida (os Portugueses) gostam do doce e picante (...) não usam bancos, mesas oufaichis. Os homens e as mulheres assentam-se de mistura uns com outros e os escravos negros servem-lhes a comida que é levada à boca com garfos de prata (...) Quando comem comida muito misturada empregam infalivelmente a mão esquerda, tirando-a com os dedos. Primeiro quebram vários ovos crus de galinha e chupam-nos. Depois, trincham os assados e usam de um pano branco para limparem as mãos e, de cada vez que as limpam, põem-no de parte para o mudarem por um novo. (...) Jejuam, dois dias, não comendo nem carne de vaca nem de porco, não lhes sendo porém proibido comer camarões e hortaliça. Lançam os sobejos da comida num recipiente parecido com uma manjedoura. Os escravos, quer homens quer mulheres, tiram-nos então com a mão para os comer”*.

Também o vestuário mostrava a prosperidade então reinante. *“Os homens usam feltro preto para chapéu e amolgam-no, formando três bicos e ornamentando-o com placas douradas, em forma de flores, parecendo-se com um cesto de vime. Os rapazes vestem-se de seda azul. Como regra de vestir, a parte superior não ultrapassa a cintura e a parte inferior não passa dos joelhos. Muitos usam plumas e to-lo para se ornamentarem, ou fazem-no com brocados prateados e dourados ou com seda tecida em Fát-Sán. Os debruns são feitos de seda. O fato é abotoado na altura do peito, com botões de ouro ou de prata”,* enquanto as mulheres, *“mesmo no rigor do Inverno, só usam uma blusa que chega apenas até à cintura. O vestuário inferior é composto de três peças. Uma que chega até aos joelhos, uma que esconde as pernas e outra para calçar os pés e que é feita de seda de cinco cores”*.

É precisamente através da evolução dos ornamentos das mulheres

(37) Iáu-T'ong, em Tcheong-u-lâm e Ian-Kuong-lâm, em *Ou-Mun Kei-I -Leok*, ob. cit., págs. 208 e ss.

que se pode apreciar como a Macau do final do século 16 era diferente da do início do estabelecimento. Com grande perspicácia o mesmo autor recorda *que, "ao princípio, andavam todas descalças, nem usavam meias"*. Ultimamente, refere, *"usam couro encarnado para fazerem calçados tão curtos que não se podem enfiar neles os dedos dos pés"* e mais adiante que *"penteado fica em cima da testa. Usam raras vezes alfinetes para o cabelo desornamentado e, para se embelezarem, colam o cabelo à altura das maçãs do rosto, deixando um orifício adiante e outro atrás. Nas mãos levam braceletes de ouro"* (38).

O apogeu comercial atraiu o interesse de outros povos europeus, nomeadamente dos Holandeses e Ingleses, que, mais de uma vez, por diferentes formas, tentaram assumir o controlo das rotas dos mares da China e do Japão (39).

Nos inícios do século 17, os frequentes recontros entre Portugueses e Holandeses obrigaram a cidade a fortificar-se, criando nos Chineses o temor de que os Portugueses assumissem uma posição ofensiva, e ao reforço da posição do líder militar, o capitão-geral que, vindo de Goa, passou a disputar com o Senado, o poder executivo da cidade.

Mas os Holandeses não conseguiram alterar o domínio português no comércio com o Japão.

A década de 30 revelar-se-ia, porém, fatal, com uma sucessão de acontecimentos que ultrapassaram os mais negros cenários previstos para a cidade. Os cristãos são massacrados no Japão e Nagasáqui fecha-se ao comércio português; os Ingleses começam a entrar no porto de Cantão e a disputarem o comércio com a China, e, finalmente, quando os portugueses de Macau comemoram o regresso à independência, acaba o comércio com as Filipinas, sob jugo espanhol, e, em, 1641, Malaca é conquistada pelos Holandeses.

(38) Idem.

(39) Enquanto os Holandeses tentaram, por mais de uma vez, tomar a cidade de Macau pela força, os Ingleses encetaram contactos com as autoridades de Cantão para poderem ali comerciar directamente.

As principais linhas de abastecimento e prosperidade de Macau estavam encerradas e abalado o prestígio de que Portugal gozava entre os Chineses como principal potência europeia. Em Pequim, crescente influência dos jesuítas, que impressionaram o Imperador com os seus conhecimentos, e a deslocação da embaixada de Manuel de Saldanha, tentaram ajudar os Portugueses a retomar o comércio marítimo proibido desde 1662, uma medida tão prejudicial para Macau que leva o Padre Francisco Pimentel a concluir: *“e como os moradores desta cidade não tinham bem algum de raiz, nem um palmo de terra sobre que cair mortos, tirar-lhes o comércio foi o mesmo que tirar-lhes a vida”*⁽⁴⁰⁾.

Alguma coisa os jesuítas terão ajudado, uma vez que o Imperador Kang-Hsi se recusou *“a sair com algum decreto contra Macau, ainda que muitos lho solicitavam, porque (seria) agravar a um Rei e a uma Nação a que há tão pouco tempo fez tantas honras em sua corte”*, mas foi uma questão de tempo. Em 1688, 18 anos depois da embaixada de Saldanha, as autoridades chinesas estabeleciam uma alfândega, destinada a cobrar impostos aos barcos chineses e estrangeiros que demandassem o porto, o que retirou ao Senado a última grande fonte de receita do estabelecimento português.

Ao longo do século XVIII o período de decadência toma-se ainda mais evidente.

Agravam-se as relações com os Chineses, que em 1732 abrem nova alfândega na Praia Grande e quatro anos depois criam o cargo de mandarim para administrar os interesses chineses em Macau. Agravam-se as relações com a Coroa Portuguesa com as “Providências Régias” de D. Maria I a conferirem mais poderes ao Governador, considerando os membros do Senado *“todos ignorantíssimos em matéria de governo e sem outras vistas mais do que a de procurarem a sua fortuna por meio de navegação e comércio”*⁽⁴¹⁾.

⁽⁴⁰⁾ Pimentel, Padre Francisco in *Relação da Embaixada de Saldanha ao Imperador da China*, Arquivo Histórico de Macau.

⁽⁴¹⁾ Silveira, Jorge Noronha, ob. cit.

Barbosa du Bocage, militar e poeta que passou por Macau entre 1786 e 1790, deixou-nos um irónico soneto em que nos dá uma visão da situação de fragilidade em que vivia Macau, para além de mostrar que as Providências de D. Maria ou não tinham chegado ou não estavam a ser cumpridas:

*“Um Governo sem mando, um bispo tal,
de freirás virtuosas um covil,
três conventos de frades, cinco mil,
Nh 's e chins cristãos, que obram mal;*

*Uma Sé que hoje existe tal e qual,
catorze prebendados sem ceitil,
muita pobreza, muita mulher vil,
cem portugueses, tudo em um curral;*

*seis fortes, cem soldados, um tambor,
três freguesias cujo ornato é pau,
um vigário geral sem promotor,*

*dois colégios, um deles muito mau
Um Senado que a tudo é superior,
é quanto Portugal tem em Macau.*

É natural que tivesse mais qualquer coisa, mas não surpreende que então a palavra de ordem fosse a mera sobrevivência à espera de melhores dias.

Todos os povos europeus faziam então comércio com a China, através de Cantão, mas os Chineses, se temiam os Portugueses, mais temiam os Ingleses e Holandeses, *“todos da raça dos cabelos vermelhos”*⁽⁴²⁾- E pragmáticos como são, definiram que aceitavam o comércio com eles, mas não a sua fixação. Que se estabelecessem

(42) Tcheong-u-Iâm e Ian-Kuong-Iâm, em ob. cit. pág. 164.

em Macau e se entendessem com os portugueses que lá estavam.

Assim foi o Território sob administração portuguesa ganhando algum novo fôlego. No intervalo das viagens a Cantão, os comerciantes eram obrigados a voltar a Macau, onde os esperavam as famílias e progredia o comércio livre de ópio com que se faziam fortunas, do dia para a noite.

Nesta altura se fixa a inglesa Companhia das índias Orientais, que escolheu para a instalação do seu chefe uma das mais vistosas residências que incluía o grande jardim onde se situa a gruta de Camões, dando uma ideia da profunda alteração por que Macau passava ⁽⁴³⁾.

Em breve aumentaria "a gula" de outros povos europeus.

Nos inícios do século XIX, a fuga da Corte para o Brasil e a extensão ao território das lutas políticas portuguesas ajudariam ao aparecimento da primeira tipografia e do primeiro jornal de tipo ocidental na Ásia - *A Abelha da China* ⁽⁴⁴⁾ - mas fizeram aumentar os temores de uma invasão, temores que foram materializados em 1808, por forças britânicas vindas da Índia, que, perante a fraqueza da cidade, a tomaram rapidamente.

A reacção chinesa não se fez esperar e, importa recordá-lo, em favor do restabelecimento da presença portuguesa. Sob a ameaça de terem que se haver com o exército chinês, os Ingleses retiraram, passando a sofrer mais restrições comerciais na China, o que os levaria, mais tarde, à guerra do Ópio (1839-1842), que culminaria

⁽⁴³⁾ Coates, Austin, ob. cit., pág. 64 explicita: *7/ was this acquisition, more than anything else, that symbolized and summed up the social situation. Owning the Rocks of Camões, after all, was rather like having someone else's national monument on one's back garden*."

Ainda hoje há alguma controvérsia sobre a passagem de Camões por Macau, cujo aprofundamento não está no âmbito deste trabalho. Perante o radicalismo das posições até agora surgidas, tenho escrito que "mesmo que não se prove que Camões tenha estado em Macau, Macau merecia que o Poeta tivesse estado"...

⁽⁴⁴⁾ *A Abelha da China*, Edição facsimilada, Universidade de Macau, Fundação Macau, 1994.

na derrota do Império do Meio e no retalhar do seu território por parte dos países europeus.

Não é este o local e o momento para pormenorizar o debate sobre o valor dos chamados “tratados desiguais” que a China foi obrigada a aceitar dos países ocidentais. Assinale-se apenas que o tratado sino-americano foi assinado numa das mesas de pedra, ainda existente, no templo de Kun Iam, perto da colina de Mong Há, e que Franceses, Belgas, Alemães e Suecos também obtiveram direitos comerciais que até aí não possuíam.

Em Nanquim, os Britânicos obtiveram a cedência de Hong Kong, e os Portugueses tentaram, debalde, “aproveitar a onda” para obter *de jure* a soberania que “de facto” exerciam sobre Macau.

Com idênticos propósitos de afirmação nacional se compreende o envio em 1846 do novo Governador capitão Ferreira do Amaral, que recusou o pagamento do “foro do chão” e ocupou militarmente as ilhas da Taipa e Coloane, até ser morto pelos Chineses, e o irrealístico acordo luso-britânico para invadir Cantão na sequência da morte de Amaral, que não teve sequência.

À parte o curto, ainda que lucrativo, período em que o espírito comercial e aventureiro dos comerciantes portugueses de Macau os levou a associarem-se aos ingleses no chamado “comércio de cules” para as Américas ⁽⁴⁵⁾, os finais do século XIX e inícios do século XX assistem ao permanente definhar de Macau em termos económicos, para o que foi contribuindo o crescimento da vizinha colónia britânica de Hong Kong.

Em termos políticos mantém-se a jurisdição mista entre as autoridades portuguesas e chinesas, com pequenos “incidentes de percurso” rapidamente resolvidos pelos cofres da cidade... em favor dos mandarins provinciais.

Durante este período, pode dizer-se que Macau se voltou para dentro de si mesmo, reforçando-se a individualidade da comunidade

⁽⁴⁵⁾ Silva, Beatriz Basto da, *O Comércio dos cules*, Fundação Oriente, Macau, 1994

portuguesa local que, por um lado, assume e desenvolve, nos que ficam, algumas formas culturais próprias, das quais a mais importante é certamente o "patois" C⁴⁶), e por outro, inicia um fluxo migratório para países e territórios de maiores oportunidades.

A segunda Grande Guerra vem alterar todo o panorama, uma vez que Macau foi o único território da zona que os Japoneses não tomaram pela força, o que lhe permitiu retomar algumas rotas comerciais todas totalmente lícitas. A Macau afluíram então milhares de refugiados vindos da China e Hong Kong, que duplicaram a população da cidade, criando enormes problemas alimentares ⁽⁴⁷⁾.

⁽⁴⁶⁾ [Nesta época] *"verificaremos que a população portuguesa, uma minoria em termos de população, total é composta por dois grupos: os nascidos em Macau - os "maquistas", "macuenhos", ou "filo da terra" - e os portugueses metropolitanos - "português di Portugal". As duas comunidades, embora partilhando a mesma identidade nacional, encontram-se de facto, separadas por dois factores principais:*

1) A relação de poder - os portugueses metropolitanos preenchem os escalões superiores administrativos e militares do Governo do território. As outras instituições socialmente dominantes - a Igreja e a Escola - são também controladas por eles. A comunidade macaense, embora na sua maioria pertencente à classe média e média alta, situa-se em termos das relações de poder, num estrato inferior.

*2) A identidade cultural - A comunidade macaense herdou uma cultura verdadeiramente crioula, entretecendo o tecido de interacção social e do quotidiano - culinária, tradições populares (canções, adivinhas, canções e jogos infantis, medicina popular, etc) organização dos acontecimentos sociais (casamentos, festas, cerimónias e festividades religiosas). Simultaneamente, a comunidade herdou a memória do crioulo. Não mais uma língua materna, o crioulo é usado pela comunidade na esfera do jogo sociolinguístico, como sinal de identidade, modo de identificaros de "dentro" aos "defora", os "outros", Tomás, Isabel, *O Crioulo Macaense*, in Revista de Cultura, ICM, 1988, págs. 38 e ss.*

Ainda hoje há algumas pessoas mais idosas dentro da comunidade macaense que conhecem alguns termos de "patois". Entretanto, já durante a minha estadia em Macau faleceram as duas pessoas que localmente mais tinham estudado o dialecto - a dr.^a Graciette Batalha, investigadora e docente, e José Santos Ferreira (Adé), autodidacta, autor de vários livros de prosa, poesia e teatro de revista, que durante todos os Natais tinha a amabilidade de me mandar um poema em "patois".

⁽⁴⁷⁾ *"Todas as noites morriam dezenas de pessoas, de fome e frio. O Leal Senado tinha uma camioneta que de manhã andava pelas ruas da cidade a recolher os mortos. Um dia vi uns empregados chineses que recolhiam corpos, em grande alegria ao apanharem mais um corpo que estava a um canto e fiquei muito chocado. Fiquei a saber que tinham ganho uma aposta. Os cadáveres serviam-lhes diariamente para jogar ao paré impar..."*, Leonel Barros, em entrevista ao autor. Natural de Macau, Leonel Barros, funcionário

Esta seria uma das vagas de refugiados que Macau enfrentou, sendo a seguinte a que se sucedeu à vitória do Partido Comunista sobre os nacionalistas do Kuomintang, que praticamente terminou com a presença de portugueses no interior da China ⁽⁴⁸⁾, até ao reatamento de relações entre Portugal e a República Popular da China.

Vai longa esta caminhada, em que procurei acentuar a permanente precaridade da administração portuguesa de Macau.

Este facto mostra-se sempre evidente, mas muito mais em 1966, por ocasião do chamado “1,2,3”, em que se verificam graves incidentes entre manifestantes chineses e as autoridades portuguesas, que terminaram na assinatura pelo governador Nobre de Carvalho de um acordo na sede da Associação Comercial de Macau, ligada ao regime chinês.

Está ainda por fazer uma análise cuidada a estes acontecimentos, mas o facto de os manifestantes, com a retórica maoísta, saquearem o Leal Senado e destruírem alguns símbolos coloniais, leva-nos a inclinar para uma afirmação da unidade da China por parte de Mao Zedong, que então se encontrava no meio de uma das suas “periódicas” purgas de dirigentes ⁽⁴⁹⁾.

público reformado é uma das figuras mais curiosas do Território, assinando com regularidade na “Tribuna de Macau” peças sobre a sua vivência passada. Autodidacta, pertencem-lhe desenhos e descrições das aves e peixes existentes no sul da China, a última colecção patente no Museu Marítimo, onde trabalha com grande dedicação.

(48) “Era em Xangai que vivia a maior parte dos portugueses. Fugimos para Macau, mas as condições eram tão más, havia tantos refugiados que muitos de nós fomos para Hong Kong. Apoando-nos uns aos outros, rapidamente conseguimos prosperar e os portugueses passaram a ser um dos grupos mais fortes da colónia britânica. Foi então que apareceu o Clube Lusitano”, Ernie Pereira, em entrevista ao autor. Quando o conheci pela primeira vez, em 1984, Ernie era chefe de redacção do “Hong Kong Standard”, expressava-se mal em português, mas tinha uma grande afeição por todos os símbolos portugueses. Em 1993, Ernie Pereira e Arnaldo de Oliveira Salles, presidente do Comité Olímpico de Hong Kong, estiveram na primeira linha da luta para que o Governo de Lisboa não deixasse de renovar os passaportes portugueses, com base em detalhes técnicos, aos poucos anciãos vindos de Xangai, que ainda estão vivos. *“Se for preciso alugamos um Boeing 747 e desembarco-os em Lisboa”,* disseram-me. Opois de muita demora, Portugal acabou por resolver o problema.

(49) Não é esta a maior ênfase proposta por Cabral, João Pina e Lourenço, Nelson no livro Em terra de tufões - dincimicas da etnicidade macaense, ICM, 1993.

Há, contudo, generalizado consenso sobre o resultado dos incidentes, que mais parecem justificar a tónica que aqui defendemos. Enquanto em Hong Kong a forte classe média chinesa rejeita os radicalismos maoístas, separando-se ainda mais da Mãe-China, em Macau, é a elite macaense que sente chegada a hora de partir. É difícil dizer que foi substituída por uma forte classe média de etnia chinesa, uma vez que as dimensões do Território tanto não justificam, mas passaram a ter voz mais activa certas individualidades que se mostraram capazes de “fazer a ponte” entre Macau e a China.

Em meados da década de 70, a situação sofre a última e decisiva grande alteração, com a Revolução do 25 de Abril, em Portugal, a agonia e morte de Mao Zedong e o rápido surto de crescimento no Pacífico com base na exportação de tecnologia e capitais japoneses.

“Descolonizar” é um dos três “D’s” da revolução dos cravos, mas os Chineses não querem Macau no rol das colónias portuguesas. Logo em Setembro de 1974, em entrevista à RTP, o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, afirmava que *“Macau é um caso especialíssimo. A China Continental sempre entendeu ser Macau um território próprio, e por isso, na agenda da ONU, Macau não figura na lista dos territórios não autónomos”* ⁽⁵⁰⁾, e Mário Soares quando, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros do 1.º Governo Provisório, se deslocou à ONU para falar de descolonização, recebeu um pedido de audiência do embaixador da RPC, que lhe solicitou não incluisse Macau no rol das colónias portuguesas, uma vez que *“do ponto de vista da China,*

Embora reconheçam que *“...as autoridades da RPC decidiram intervir entre outras coisas com a finalidade de se substituírem ao Kuomintang, como principal força política chinesa no Território”*, aqueles dois investigadores acentuam que *“as autoridades de então, (...) estavam fortemente ligadas aos interesses da comunidade macaense e terão sido porventura afectadas pelo clima de agressividade que então se vivia entre os macaenses e a nascente classe média”*, (ob. cit. pág. 93). Esta visão “localizada”, comum entre habitantes de Macau que viveram os acontecimentos, não explica que, pela mesma altura, sob pretextos diferentes, e com diferente estrutura social, se tenham registado idênticos incidentes em Hong Kong...

⁽⁵⁰⁾ *Notícias de Macau*, 21/9/74, citando um despacho da Lusitânia.

Macau sempre fora um território chinês, não havendo pois lugar a descolonização, e que mais tarde os dois países encontrariam uma justa solução para o legado da História" (51).

Para isso era necessário o restabelecimento das relações diplomáticas, cujo processo se inicia em Paris, em 1975, com a chegada do novo embaixador de Portugal, Coimbra Martins, um homem muito próximo de Soares. Em pleno Verão quente de 75, os Chineses começam a temer que a influência da União Soviética em Portugal se estenda a Macau e activam o processo. “*embaixador da China, [Tseng-Tao] que anteriormente tinha recusado um jantar com o seu homólogo português, encontra Coimbra Martins numa recepção, bate-lhe nas costas e diz: Desta vez é que vou jantar à Embaixada de Portugal*”, conta a jornalista Fernanda Gabriel, a quem o então embaixador confidenciou: “*muito embaraçado porque não tinha cozinheiro, nem mordomo. A Embaixada estava completamente desguarnecida. Láse improvisou um jantar. Mandei fazer pato, porque sabia que os chineses gostavam de pato. (...) Começaram aqui as conversações*” (52).

A mudança de governos em Portugal atrasa o acordo e as negociações vão durar quatro anos.

Entretanto, em Pequim, depois da prisão do “Bando dos Quatro” e a saída de “cena” do indigitado sucessor de Mao, Hua Guofeng, cujo nome a História quase não reteve, Deng Tsiao-ping regressa ao poder falando do capitalismo e socialismo, em termos que terão feito o Grande Timoneiro dar várias voltas no seu mausoléu envideado em Tiananmen, ao estabelecer como máxima que **“não importa que o gato seja preto ou branco; importa que apanhe o rato”**.

Em Dezembro de 1978, o Comité Central do Partido Comunista define uma nova política externa de **“abertura ao mundo”**. Três

(51) Conferência de Imprensa do Presidente Mário Soares, no Hotel Mandarin Oriental, no final da visita ao Território em 1993, citação de cor.

(52) *Diário de Notícias* de 25 de Abril de 1994. Fernanda Gabriel é correspondente do DN Estrasburgo.

meses depois o documento do reatamento das relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim é assinado em Paris, em Fevereiro de 1979, podendo dizer-se que, então e pela primeira vez na história de Macau, fica claramente definido que “*Macau faz parte do Território chinês e será restituído à China*”⁽⁵³⁾, o que a Constituição Portuguesa de Abril de 1976 muito providentemente já insinuava no seu art.⁰ 5.º, mais tarde passado para o art.⁰ 292.º ⁽⁵⁴⁾.

Com a situação definida, abre-se a fronteira terrestre entre Macau e Gongbei, que passa a deter importância vital no crescimento económico dos dois territórios, levando as autoridades chinesas a criarem a adjacente Zona Económica Especial de Zhuhai, com um estatuto especial destinado a atrair grandes investimentos externos, através da visão denguista de **"um país, dois sistemas"**.

De uma pequena aldeia, Zhuhai transformou-se em poucos anos num grande centro urbano, o que, contudo, não conseguiu fixar população local, que em cada vez maior número tentou a passagem ilegal para Macau, trazendo um interminável excedente de mão de obra barata, que permitiu a expansão de indústrias de tecnologia pouco avançada, e pressionou a vida quotidiana dos residentes, sob

(53) Em declarações ao *Expresso*, em Março de 1991, o ex-Presidente Ramalho Eanes surpreendeu tudo e todos, garantindo que este acordo “foi acompanhado da assinatura de um acordo parcialmente considerado como “secreto” cujo conteúdo ainda não foi revelado e se escusou a divulgar invocando “interesses de Estado”. Aos jornalistas Henrique Monteiro, João Garcia e José Pedro Castanheira, que assinaram o trabalho, o embaixador Nunes Barata, chefe de gabinete do Presidente Mário Soares e Martins da Cruz, assessor diplomático do Primeiro Ministro declararam desconhecer esse acordo secreto, mas os jornalistas citam “um dos homens que acompanhou de perto as negociações da Declaração Conjunta, e que pediu para não ser mencionado como tendo dito que Portugal se comprometeu a não permitir em Macau actividades que pusessem em causa a segurança da RPC”.

(54) “A segunda revisão constitucional, ao acrescentar o inciso “enquanto se mantiver sob administração portuguesa” e ao transferir este preceito (...) para as “disposições finais e transitórias”, quis sublinhar esta situação especial do território em vias de deixar de estar sob a alçada da soberania portuguesa”, ensinam Canotilho, J. J. Gomes e Moreira, Vital in *Constituição da República Portuguesa*, Anotada, Coimbra Editora, 1993, págs. 1076 e ss.

todos os pontos de vista ⁽⁵⁵⁾.

É nesta fase de grande crescimento que Portugal e a China iniciam as conversações sobre o futuro de Macau - lamentavelmente sem a presença de qualquer português natural da cidade - de onde resulta a Declaração Conjunta luso-chinesa, rubricada em Pequim em Março de 1987.

Por este documento, os dois países acordam que Macau *“faz parte do território chinês e que o Governo da República Popular da China voltará a assumir o exercício da soberania a partir de 20 de Dezembro de 1999* De acordo com o princípio “um país, dois sistemas”, a China propõe-se estabelecer, *“pelo menos, por 50 anos”*, uma Região Administrativa Especial, que *“gozará de alto grau de autonomia, excepto nas relações externas e na defesa sendo-lhe atribuídos “poderes executivo, legislativo e judicial independente, incluindo o julgamento em última instância*

Consciente de ter chegado a *“uma solução apropriada da questão de Macau legada pelo passado”*, a China afirma que *“os actuais sistemas social e económico em Macau permanecerão inalterados, bem como a respectiva maneira de viver; as leis vigentes manter-se-ão basicamente inalteradas”* e mais adiante que, *“além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau”*, e que *“os interesses dos habitantes de ascendência portuguesa em Macau serão protegidos em conformidade com a lei”* ⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵⁵⁾ Yuan, D. Y. cita fontes chinesas para revelar que *“between 1981 and 1989, 99651 illégál immigrants were caught by police and deported. By combining this figure with the figure for the legalized residents, one can see there were at least 169762 persons (including some repeat migrants) who entered Macau illegally between 1981 and 1989. It is thus clear that much of Macau’s population pressure has been generated by a high rate of illégál immigrants* Em *Immigration and Urban Living Indicators*, Center Macau Studies, Universidade de Macau e Instituto Cultural de Macau, pág.101.

⁽⁵⁶⁾ A Declaração-Conjunta foi rubricada em 26 de Março de 1987, em Pequim, pelo embaixador Rui Medina e Zhou Nan, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo a troca dos instrumentos e ratificação sido efectuada em 30 de Junho do mesmo ano,

Indo um pouco mais longe que em relação a documento semelhante sobre Hong Kong, embora aquém do que alguns pretenderiam, é indubitável que as autoridades chinesas reconheceram que Macau, tendo sido sempre um território chinês, detinha uma identidade própria resultante do percurso comum dos povos chinês e português através dos séculos.

E reconhecendo-a, verteram-na em tratado bilateral depositado nas Nações Unidas e mais tarde aprovaram a Lei Básica, a futura mini-Constituição, como garantia de que, pelo seu lado, assim continuará depois de 1999, e por mais meio século.

Ao aproximarmo-nos do fim deste percurso através da história, tentaremos dar resposta à questão que em Portugal mais se ouve: mas afinal que estão agora os Portugueses a fazer em Macau? Para que estão a fazer o Aeroporto a tão poucos anos de saírem? Para que andam agora a ensinar a Língua Portuguesa que não conseguiram vulgarizar em mais de quatro séculos?

também na capital chinesa, pelos Primeiros-Ministros dos dois países: Cavaco Silva e Zhao Ziyang.

A Declaração Conjunta luso-chinesa consta de:

- a) Um texto geral com 7 pontos e 12 alíneas;
- b) O Anexo 1, intitulado "*Esclarecimento da RPC sobre as políticas fundamentais respeitantes a Macau*", com 14 pontos;
- c) O Anexo II, sobre "*Arranjos relativos ao período de transição*", em que se estabelecem o Grupo de Ligação Conjunto como "*órgão de ligação, consulta e troca de informações entre os dois Governos*" e o Grupo de Terras, como "*órgão para tratar dos contratos de concessão de terras em Macau e dos assuntos com eles relacionados*";
- d) Um Memorandum em que o governo português declara que "*em conformidade com a legislação portuguesa os habitantes de Macau que, tendo em 19 de Dezembro de 1999a cidadania português a, sejam titulares de passaporte português, poderão continuar a utilizá-lo depois dessa data*".
- e) Um Memorandum em que o governo chinês declara que "*os habitantes abrangidos pelas disposições da Lei da Nacionalidade da RPC têm a cidadania chinesa, independentemente do facto de serem ou não possuidores de documentos de viagem ou documentos de identidade portugueses. Aceitando "o pano de fundo histórico e as circunstâncias actuais de Macau", a China declara que após 1999, permitirá "aos cidadãos chineses que possuam previamente documentos de viagem portugueses continuar a usar esses documentos para viajar por outros países e regiões*".

Diria que os Portugueses estão hoje apenas a tentar assegurar que, pelo outro lado, isto é pela parte portuguesa, essa identidade própria de Macau se vai manter, como pragmaticamente pretendem as autoridades chinesas.

Para que isto se cumpra, tem-se trabalhado e continua-se a trabalhar em todas as "frentes".

1) Em termos sociais, a identidade própria de Macau só se manterá se, juntamente com a maioria da população de etnia cantónense, subsistir uma minoria de etnia portuguesa, por ascendência ou radicação, que marque a diferença com as regiões vizinhas;

2) Em termos jurídicos, a identidade própria de Macau só se manterá se continuar a utilizar-se a legislação de "matriz portuguesa", provinda do Estado de Direito Democrático, radicado na dignidade da pessoa humana, ainda que, como tem repetidamente sido afirmado pelos dirigentes chineses, a legislação deva ser "localizada", isto é, que seja aceite pelos órgãos legislativos locais e não vá contra a letra e espírito da Lei Básica. A este propósito, anote-se o recente consenso obtido pelo Grupo de Ligação sobre o projecto do novo Código Penal, da autoria do Prof. Doutor Figueiredo Dias, que *"exclui, defacto, a existência da pena de morte e da prisão perpétua no Território, para além de 1999"* ⁽⁵⁷⁾, o primeiro grande Código a obter o acordo entre Chineses e Portugueses.

As grandes questões nesta área foram assim resumidas pelo actual Governador Rocha Vieira: *"Dotar Macau de um sistema de Justiça prestigiado e eficaz, com condições para perdurar no futuro, constitui o grande desafio e afundamental singularidade do sistema judiciário que se deseja (...). Para alcançar esse é indispensável que o sistema se desenvolva no quadro das realidades locais, perspectivando os desafios específicos da transição. Por isso é imprescindível encarar de frente o problema da formação académica, da preparação específica e da utilização*

⁽⁵⁷⁾ *Tribuna de Macau* de 29/10/94, sobre o comunicado final da 21 .ª reunião plenária do GLC que decorreu no Território.

efectiva de juristas bilingues residentes no Território” ⁽⁵⁸⁾.

Apesar do muito que tem sido feito, desde a criação do Tribunal Superior de Justiça à utilização de tradução simultânea nos Tribunais de primeira instância, à segunda “fornada” de licenciados saídos do curso de Direito da Universidade de Macau e à tradução para chinês de todos os diplomas, para o que vai crescendo o Glossário Jurídico, percebe-se que muito há ainda para fazer...

3) Em termos administrativos, a identidade de Macau só se manterá se durante estes anos de transição for possível preparar um grupo de quadros técnicos, maioritariamente de etnia chinesa, capazes de gerirem a “máquina”, nem sempre isenta de burocratização, herdada da prática da administração portuguesa. A localização dos quadros tem sido e continuará a ser um dos pontos mais importantes desta fase, para o que é fundamental continuar a apostar na formação.

Para dar uma ideia dos investimentos nesta área, saliente-se que na proposta de “Lei de Meios” para 1995, que em breve vai ser debatida na Assembleia Legislativa, o Governo apresenta aumentos orçamentais para a Universidade de 25% e do Instituto Politécnico, de 72,66%! ⁽⁵⁹⁾

4) Em termos culturais, a identidade de Macau só se manterá se durante estes anos se mantiverem as várias componentes da presença portuguesa, das marcas físicas de uma calçada à gastronomia, da tolerância religiosa à sadia convivência de várias etnias e raças, estimulando o sentido de pertença a um Território que só tem razão de existir enquanto mantiver a vontade de ser diferente. E ver mais divulgada a Língua e Cultura Portuguesas entre os residentes locais de etnia chinesa, uma vez que a oficialização, por via administrativa, da língua chinesa, decorre a ritmo apressado, apostando numa sociedade bilingue, não nas massas, que para tanto não há tempo,

⁽⁵⁸⁾ Discurso na cerimónia de posse do presidente do Tribunal Superior de Justiça e do procurador-geral adjunto, a 16 de Março de 1993.

⁽⁵⁹⁾ Linhas de Acção Govenativa e OGT/95.

mas pelo menos nos futuros dirigentes.

5) Em termos económicos, a identidade de Macau só se manterá se o Território continuar a viver por si próprio, ajudando as regiões vizinhas da China a melhorarem o nível de vida. Incluído no Delta do Rio das Pérolas, que é tido como o próximo “Dragão da Ásia”, Macau tem apresentado elevados índices de crescimento económico. O, que, ao mesmo tempo, são causa e efeito do crescimento da zona em que se insere e portanto um bom “negócio” para a China.

Macau, que, desde 1974, não recebe um tostão de Portugal, necessita de utilizar a sua actual prosperidade em infra-estruturas que tragam mais e novas oportunidades para o Território e a zona do sul da China, até porque algumas das suas actividades tradicionalmente mais rendosas, como o jogo, são muito sensíveis a qualquer alteração socio-política na China ou Hong Kong.

Nesta medida, a construção do Aeroporto, que tudo indica vai estar pronto no próximo ano, é uma medida tão fundamental para a manutenção da identidade própria de Macau como a permanência de uma comunidade portuguesa, a localização do sistema jurídico ou dos quadros técnicos, os edifícios de traça mediterrânica e a aprendizagem da Língua Portuguesa.

E, no fundo, com o Aeroporto, Macau nada mais faz que regressar ao passado, em que foi privilegiado ponto de passagem das várias rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente, “porta aberta” de e para a China. Que “O Grande Navio de Amacau” passe a ser um Boeing 747 não é certamente o mais importante...

JOSÉ FIRMINO DA ROCHA DINIS

⁶⁰) O crescimento real da economia de Macau em 1992 chegou a 12,14 por cento!
(Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos)